



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos,
raça/etnia, sexualidades**

Sub-eixo: Sexualidades, identidades de gênero e direitos

A CISGENERIDADE E A RESISTÊNCIA DA POPULAÇÃO TRANS E TRAVESTIS NEGRAS NAS RELAÇÕES DE EXPLORAÇÃO E OPRESSÃO.

LAURA REGINA DA SILVA CÂMARA MAURÍCIO DA FONSECA¹

MATHEUS FABRÍCIO DA SILVA²

TAMIRES DURIGON ALMEIDA³

RESUMO:

Este artigo é fruto de inquietações sobre o uso do conceito de cisgeneridade como categoria que desvende mecanismos de exploração e opressão da população trans e travestis na sociedade capitalista brasileira. O primeiro contato com o conceito se deu na disciplina complementar de graduação “*Feminismo, Diversidade Sexual e Serviço Social*”⁴ e foi retomado no Grupo de Estudos em Gênero para o Serviço Social⁵ da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. Para tanto, parte do artigo “Cisgeneridade: identidade de gênero ou a materialização da necropolítica contra corpos dissidentes? Entre navalhas e doçuras, travestis negras lutam contra a transfobia racista” de Gilmaria Silva de Oliveira e Valéria dos Santos Noronha (2021), publicado nos anais do V Seminário Internacional DESFAZENDO GÊNERO³, e revisa outras produções que tratam do tema. Com os objetivos de promover um debate acerca da categoria cisgeneridade e de compreender como este padrão normativo se apresenta nas relações de exploração e opressão vivenciadas pela população trans e travestis negras e quais as formas de resistência desta população no contexto brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Cisgeneridade; População Trans e Travestis

¹ Universidade Federal de Santa Maria

² Universidade Federal de Santa Maria

³ Universidade Federal de Santa Maria

⁴ Disciplina Complementar de Graduação inclusa no Curso de Graduação em Serviço Social da UFSM.

⁵ O Grupo de Estudos em Gênero para o Serviço Social é um projeto de ensino, vinculado ao Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Gênero, Políticas Sociais e Movimentos Sociais - Hegemônicas, que a partir de 2022, realiza encontros periódicos e trata de temáticas de interesse dos(as) participantes estudantes de graduação e demais pessoas interessadas nas atividades desenvolvidas.

Negras; Relações de Exploração e Opressão; Resistências.

ABSTRACT:

This article stems from concerns about the use of the concept of cisgenderity as a category that unveils mechanisms of exploration and oppression of the transgender and transvestite population in Brazilian capitalist society. The first contact with the concept occurred in the undergraduate elective course “Feminism, Sexual Diversity, and Social Service” and was further explored in the Gender Studies Group for Social Service at the Federal University of Santa Maria (UFSM). To this end, it draws from the article “Cisgender Identity: Gender Identity or the Materialization of Necropolitics Against Dissident Bodies? Between Razors and Sweetness, Black Transvestites Fight Against Racist Transphobia” by Gilmará Silva de Oliveira and Valéria dos Santos Noronha (2021), published in the proceedings of the V International Seminar UNDOING GENDER³,” and reviews other works that address the topic. The objectives are to promote a debate on the category of cisgender identity and to understand how this normative standard manifests in the relations of exploration and oppression experienced by trans population and black transvestites and what forms of resistance this population exhibits in the Brazilian context.

KEYWORD: Cisgender Identity; Trans Population and Black Transvestites; Relations of Exploration and Oppression; Resistances.

1 INTRODUÇÃO

Ao debruçar-se sobre a temática da população trans no Brasil, é possível identificar a escassez de dados e de pesquisas passíveis de serem utilizadas na elaboração de estudos relacionados a esta temática.

Assim, o presente estudo visa recuperar, através de uma pesquisa qualitativa, dados e índices imprescindíveis para a formulação e o alcance dos objetivos propostos, bem como busca-se apreender acerca da categoria cisgeneridade enquanto um mecanismo de opressão na sociedade por ora analisada, a brasileira. Para isso, faz-se imprescindível realizar um estudo com ênfase na etnicidade-racial da população trans, visto que pessoas trans e travestis negras fazem parte de um segmento social exposto e vítima dos maiores índices de violência no que tange suas condições de vida no país. Para mais, busca-se também compreender e estudar as diferentes

formas de exploração e opressão na sociedade para com a população trans e população trans negra.

Diante disso, o presente estudo busca analisar o contexto de violência vivida por mulheres trans e travestis no Brasil, com ênfase em travestis negras, bem como dissertar acerca da categoria cisgeneridade e, posteriormente, observar a resistência e luta da população LGBTQIAPN+ emergidas das expressões da questão social. Para isso, realizar uma melhor apreensão da categoria cisgeneridade na realidade concreta, possibilita a formulação de intervenções assertivas e efetivas para esta população, no que tange a criação e melhoria de políticas públicas e sociais. Além de possibilitar o diálogo de crítica entre tal categoria e as demais que se constituem como farol importante no entendimento da manutenção do sistema opressor e expropriador em que a população objeto deste estudo se expõe diariamente. Destaca-se, portanto, que o conceito e categoria de cisgeneridade, junto com a heteronormatividade, potencializa a perpetuação de estigmas e de paradigmas acerca de vivências que fogem do padrão cis-heteronormativo.

À vista disso, este artigo propõe-se contribuir para a diminuição da lacuna e do abismo existente na pesquisa e no estudo da temática proposta, concentrando-se na exploração da cisgeneridade como um mecanismo de opressão que permeia as estruturas sociais brasileiras. Além disso, busca-se contextualizar essa opressão no âmbito étnico-racial, reconhecendo a cisgeneridade como um elemento crucial para compreender a amplitude das desigualdades enfrentadas por travestis, em particular as negras, no país. Para isso, o presente artigo está organizado em duas seções e as Considerações Finais. A primeira seção, Cisgeneridade e Opressão, se detém na discussão acerca da categoria cisgeneridade e na fundamentação teórica a fim de embasar o entendimento de que esta é essencial na propagação e na manutenção de opressões para com a população ora analisada. Em um segundo momento, violências experienciadas pela população trans e travestis no Brasil: luta pelo direito de ser e de existir, busca-se compreender acerca do recorte étnico-racial dentro da população trans e travesti, e como a questão racial influencia na maneira como esta população vive no país, bem como dissertar acerca da luta pelo direito de ser e existir da população trans e travestis negras, a discussão acerca das formas de luta por direitos e pela vida se constituem como ponto central na seção. Por fim, nas Considerações Finais, busca-se sintetizar e apontar as perspectivas futuras acerca da temática, bem como destacar a concretização do objetivo deste estudo.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

2. CISGENERIDADE: OPRESSÃO ÉTNICO-RACIAL E EXPLORAÇÃO CAPITALISTA

Para dar início a discussão, é válido salientar o conceito de cisgeneridade, baseando-se em alguns apontamentos feitos pelas autoras estudadas, Oliveira e Noronha (2021), a cisgeneridade se relaciona com a compreensão da experiência cisgênero⁶ na sociedade. Além disso, a análise da cisgeneridade proporciona uma base essencial para explorar a maneira como as relações cisgêneras são percebidas e internalizadas na construção da identidade de gênero, lançando luz sobre as dinâmicas sociais que permeiam tais experiências na sociedade.

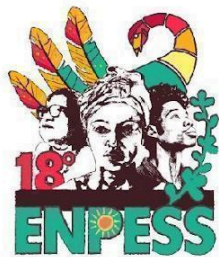
Pensar cisgeneridade é também compreender nossos lugares de mulheres cis, na perspectiva do compromisso ético, político, profissional e aliado frente a importância de somar forças em uma combinação coletiva de nos manter de pé, vivas, enquanto mulheres cis, trans, travestis e tantas outras possibilidades de expressar a feminilidade para além de uma genitália, considerando a diversidade das nossas experiências como tal (OLIVEIRA, NORONHA, 2021, p. 3-4).

Com base na passagem supracitada, é possível observar que as autoras vêem nas expressões das múltiplas formas de feminilidades a possibilidade de travar batalhas coletivas pela vida de mulheres. Para isso, Oliveira e Noronha relacionam o conceito de cisgeneridade com a categoria de Amefricanidade, formulada pela teórica e antropóloga Lélia Gonzalez,

As implicações políticas e culturais da categoria de *Amefricanidade* (“*Amefricanity*”), são, de fato, democráticas; exatamente porque o próprio termo nos permite ultrapassar as limitações de caráter territorial, linguístico e ideológico, abrindo novas perspectivas para um entendimento mais profundo dessa parte do mundo onde ela se manifesta: a AMÉRICA como um todo (Sul, Central, Norte e insular). Para além de seu caráter puramente geográfico, a categoria *Amefricanidade* incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, [...]). Em consequência, ela nos encaminha no sentido da construção de toda uma identidade étnica (GONZALEZ, 2019, p.348).

O conceito de Gonzalez busca uma forma de unir a população negra de todo o continente Americano (Sul, Central, Norte e insular), pensando em suas vivências comuns, sua totalidade, e ultrapassando limites impostos pelo colonialismo, com vistas a construção de uma identidade étnica como forma de resistência. Assim, a categoria de *Amefricanidade*, vem para viabilizar a construção de um entendimento e fazer frente de resistência às múltiplas expressões de violência e de opressão que, em especial mulheres negras, vivenciam cotidianamente. Logo, a junção dos estudos de *Amefricanidade* e cisgeneridade, sob a égide de uma sociedade cisheteropatriarcal,

⁶ Cisgênero é entendido por JESUS (2012, p. 10) como: “Chamamos de cisgênero, ou de “cis”, as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído quando ao nascimento”.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

possibilita pensar a mulher negra, e no que tange o estudo proposto aqui, travestis negras, como vivências que vão além de opressão e de violência, mas sim como fonte de resistência, de luta e de cultura. Portanto,

[...] valorizamos o caráter teórico, metodológico e de vivências do conceito político e cultural de Amefricanidade, apresentado pela filósofa e ativista negra Lélia Gonzalez, pela amplitude das suas implicações que nos permite ultrapassar as limitações a nível territorial, linguístico e ideológico de nossas experiências enquanto mulheres negras, na busca de resgatar uma unidade forjada nas diversas identidades, que sofrem influências estabelecidas pela hierarquia racial e de gênero, construída por uma suposta superioridade cisheteropatriarcal branca (OLIVEIRA, NORONHA, 2021, p. 4).

Neste horizonte, após dissertar acerca da importância do debate acerca da cisgeneridade enquanto uma construção sócio-histórica, política e cultural, bem como da interligação com a conceituação de Amefricanidade, Oliveira e Noronha incluem um novo conceito com vistas a contribuir com a discussão da cisgeneridade e na violência sofridas por mulheres trans e travestis, nomeado "*Palavras-Navalhas-Doçuras*"⁷. O conceito é utilizado para lembrar as histórias violentas vividas por esta população, outrossim, um lembrete para toda a comunidade acerca das lutas históricas da população trans e travestis negras em busca de direitos humanos, e as resistências até hoje encontradas em nossa sociedade.

Nenhum/a pesquisador/a privilegiou, em conjunto, as experiências em torno das violências, da repressão e da censura para analisar como as travestis constituem ou constituíram para si novas subjetividades, novas relações de si para consigo ao longo de um período marcado pela violência do Estado, pela truculenta ação do aparato de repressão política e policial, pelas violações aos direitos humanos, pela censura política e moral, pelas ações e projetos de caça às prostitutas (mulheres e travestis) em defesa da moral pública, das rondas policiais e as prisões arbitrárias em nome dos bons costumes da "família tradicional brasileira" (LOPES, 2016, p. 147-148).

Entende-se neste estudo, a nomenclatura trans enquanto a/o sujeito que não se identifica com o sexo biológico a qual foi atribuído ao nascimento. Por outro lado, compreende-se por travesti, a identidade de gênero adotada por algumas mulheres trans que não se identificam diretamente enquanto mulheres mas que vivenciam o gênero feminino.

⁷ Seguindo essa linha de argumentação, as navalhas e doçuras propostas no tema representam respectivamente, histórias de sofrimento, humilhação exploração, constrangimentos, morte física, silenciamento e invisibilidade epistemológicas sofridas por mulheres cis e travestis negras brasileiras, ao tempo que reafirmamos histórias de resistências e a criatividade na luta contra múltiplas violências e violação de direitos fundamentais, por meio da escrita como prática de liberdade, ou seja, do que chamamos de Palavras-Navalhas-Doçuras que libertam (OLIVEIRA, NOGUEIRA, 2021, p. 4).

Diferentemente do que é difundido pelas mulheres trans, travestis não querem ser identificadas como mulheres travestis. Elas reivindicam, sim, o respeito a suas vivências e individualidades, bem como o viver no gênero feminino, assim como o direito de serem respeitadas suas identidades de gêneros dentro desse universo feminino. (BRASIL, 2015, p. 10)

A problemática central pautada pelas autoras e que se aborda neste artigo, é relativa à opressão causada pela cisgeneridade e a exploração da população trans e travestis negras na sociedade capitalista. No item a seguir, aprofunda-se a apropriação capitalista de corpos/as da população trans e travestis negras a partir da perspectiva do capitalismo colonial.

A colonização, em sua ampla estratégia de dominação, longe de ser somente uma etapa de desenvolvimento do capitalismo, representa o maior empreendimento político-econômico deste sistema desumano. Por meio dela, foi possível acumular um conjunto de recursos: humanos, intelectuais, naturais e culturais; que permitiram a conformação do capitalismo e sua reprodução global, inclusive atualmente. A partir de um sistema de classificação hierarquizante, cria-se e/ou sofisticam-se a raça e o gênero como instrumentos que articulam e mobilizam um conjunto de relações funcionais à proposta de exploração e dominação requerida pelo capitalismo, desqualificando, expropriando e extorquindo. A desumanização dos colonizados, distante de ser mero artifício cultural, compõe a economia política desse sistema que não existe sem que faça funcionar a subalternidade daqueles e daquelas cujas vidas são essenciais à reprodução do sistema capitalista (SILVA, 2023, p. 41)

3. A OPRESSÃO CISGÊNERA E A EXPLORAÇÃO DE CORPOS TRANS E TRAVESTIS NEGRAS NO CAPITALISMO COLONIAL: UMA PERSPECTIVA CRÍTICA

A partir do exposto anteriormente, é possível relacionar as experiências vivenciadas pela população trans e travestis negras enquanto uma das formas de exploração vivenciadas no capitalismo colonial.

Racismo e transfobia são instrumentos de dominação e opressão funcionais à exploração; mecanismos de controle e disciplinamento que há séculos têm sido manejados contra a vida de travestis, transexuais e pessoas negras em sua diversidade. Os reflexos da articulação entre eles podem ser percebidos nos dados sobre violência, morte e precariedade da vida de travesti negras no Brasil, a exemplo do que vem denunciando a ANTRA[...] (SILVA, 2023, p. 175).

Tendo em vista o exposto, entende-se que tal exploração se dá de forma latente na população trans e travestis negras por convergir segmentos sociais vulneráveis, sendo a população negra e a população trans e travestis. A partir disso, as formas de exploração e opressão vivenciadas pelas travestis e transsexuais negras é singular na sociedade capitalista, pois



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

A partir das dimensões raciais, de gênero e de sexualidade, ocorre uma intensificação profunda da precarização da existência, relegando a algumas não somente o lugar de trabalhadora, mas de sujeito não humano, ou, nos termos de Lugones, de bestialidade. [...] Essas violências, longe de ser apenas o reflexo de como travestis negras vivem e se relacionam com o mundo, denotam um forte projeto de poder, que mobiliza instituições estatais e sujeitos, agentes de manutenção dele. Por ação e omissão, são corresponsáveis pela conservação naturalizada dos lugares de subalternidades ocupados e vividos por travestis no Brasil (SILVA, 2023, p. 175).

Tal estrutura de poder opressora se manifesta, outrora, pela hegemonia binária e cisheteropatriarcal⁸, que exclui qualquer vivência fora do binarismo europeu.

[...] é importante compreender que o não reconhecimento de que os corpos são múltiplos para além de normas regulatórias de gênero expõe as pessoas trans e travestis a um jogo hierárquico, que produz opressões diversas, processo de adoecimentos e mortes. No contexto das relações de poder, é preciso questionar os privilégios de corpos que se entendem dentro de uma perspectiva naturalizante e essencialista de gênero e romper com a harmonia do silêncio cisgênero é uma urgência[...] (OLIVEIRA, NORONHA, 2021, p. 7).

A partir da perspectiva dos estudos queer também desempenha um papel fundamental ao desafiar as normas tradicionais de gênero e problematizar as estruturas sociais que perpetuam a marginalização. A integração dessas abordagens nas políticas públicas e nos discursos das relações sociais é essencial para promover uma compreensão mais inclusiva e equitativa das identidades de gênero

Queer pode ser traduzido por estranho, talvez ridículo, excêntrico, raro, extraordinário. Mas a expressão também se constitui na forma pejorativa com que são designados homens e mulheres homossexuais. Um insulto que tem, para usar o argumento de Judith Butler, a força de uma invocação sempre repetida, um insulto que ecoa e reitera os gritos de muitos grupos homófobos, ao longo do tempo, e que, por isso, adquire força, conferindo um lugar discriminado e abjeto àqueles a quem é dirigido. Este termo, com toda sua carga de estranheza e de deboche, é assumido por uma vertente dos movimentos homossexuais precisamente para caracterizar sua perspectiva de oposição e de contestação. Para esse grupo, queer significa colocar-se contra a normalização – venha ela de onde vier. Seu alvo mais imediato de oposição é, certamente, a heteronormatividade compulsória da sociedade; [...] Queer representa claramente a diferença que não quer ser assimilada ou tolerada e, portanto, sua forma de ação é muito mais transgressiva e perturbadora (LOURO, 2001, p. 546).

⁸O espectro seria o Outro que no pensamento ocidental tem uma multiplicidade de características e identidades em contraste à estrutura dual que o olhar ocidental impõe. A matriz heterossexual é um desse criador do Outro, uma visão de mundo que busca entender o real a partir de seus pares antagônicos que se relacionam: pênis/vagina; homem/mulher; heterossexualidade/homossexualidade. Dentro desses pares há uma hierarquização que gera desigualdades; o que foge destes pares conceituais é desconsiderado, desacreditado e/ou desvalorizado, gerando mais outras desigualdades. A matriz heterossexual é, portanto, uma ideologia que aqui chamaremos de cisheteropatriarcal. (FREITAS, 2019, p. 7-8)



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Ao trazermos esta terminologia para um contexto brasileiro, nos deparamos com o conceito “não-binário”, esta é referida a uma identidade de gênero que não se enquadra nos padrões binários da sociedade. De acordo com PADILHA (2017, p. 5) a não-binariedade “é a não identificação com o binário de gênero. [...] O não-binário, amplamente falando, diz respeito a um pensamento e a um modo de vida que não esteja pautado em uma dualidade.”

Portanto, entende-se como essencial o reconhecimento de tais conceitos trazidos pelas autoras para compreensão da discussão proposta. Nesse sentido, a análise crítica desses conceitos colabora não apenas numa compreensão aprofundada da temática, mas também evidencia a complexidade atribuída a essa categoria, a qual tem passado por um processo dialético ao longo dos últimos anos e que na atualidade possui fatores interseccionais.

4. VIOLÊNCIA DE GÊNERO: LUTA PELO DIREITO DE SER E DE EXISTIR DA POPULAÇÃO TRANS E TRAVESTIS BRASILEIRA

Nesta seção, em continuidade com o problematizado anteriormente, analisa-se as experiências de violência vivenciadas pela população trans e travesti, em especial trans e travestis negras, em sintonia com o artigo por ora analisado, de autoria de Oliveira e Noronha (2021).

Para tanto, acrescenta-se trazer o seguinte dado publicizado por Benevides⁹ (2023, p.6) “Em 2022, tivemos pelo menos 151 pessoas trans mortas, sendo 131 casos de assassinatos e 20 pessoas trans suicidadas”. Esta afirmação e quantificação de números se faz relevante na discussão, pois compreende que pessoas trans e travestis se encontram em situação de vulnerabilidade no Brasil e a vivenciam de forma distintas de pessoas e de mulheres cisgêneros.

Através dos dados apontados, pode-se ressaltar o apagamento da população LGBTQIAPN+ das políticas públicas e sociais do país, pela falta de pesquisas e dados acerca da comunidade, bem como pela pactuação da cis-heteronormatividade enquanto padrão social. Entende-se com a falta de dados estatísticos, que há pouco reconhecimento desta categoria e suas vivências, corroborando assim com a perpetuação destas violências, bem como pela negligência e violência do Estado e das instituições para com pessoas trans e travestis.

[...] os dados não refletem exatamente a realidade sobre os assassinatos e/ou a violência contra pessoas trans devido as próprias limitações dessa pesquisa na busca dos dados, sobretudo pela inexistência de informações governamentais sobre violência LGBTIfóbica, onde os estados e o governo federal insistem em uma política de manutenção da subnotificação sistêmica para negar a violência específica contra essa população, mas

⁹ O presente dado estatístico foi referenciado a partir do Associação Nacional de Travestis e Transsexuais, uma organização não-governamental e sem fins lucrativos.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

demonstram, a partir das informações alcançadas, que o Brasil vem passando por um processo de recrudescimento em relação a forma com que trata travestis, mulheres transexuais, homens trans, pessoas transmasculinas e demais pessoas trans (BENEVIDES, 2023, p. 17).

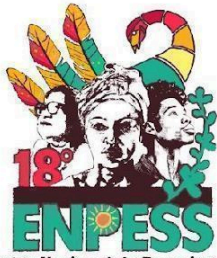
A partir do exposto, quando se propõe pensar as violências contra pessoas trans e travestis no Brasil, sob uma perspectiva pautada na etnicidade racial, constata-se que os abismos sociais propostos pelo racismo, por vezes institucional, somado a transfobia se perpetuam de forma cada vez mais violenta e que transformam a realidade vivida por esta população, visto que, no ano de 2020, o Brasil ocupou o primeiro lugar no ranking dos países contabilizaram assassinato na população trans (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021).

Quando denunciemos a violência racista no Brasil, casos como o da polícia da cidade de São Paulo (São Paulo) contra a travesti Verônica Bolina em 2015 e os assassinatos de três travestis negras – uma teve seu corpo carbonizado – em julho de 2021 em Recife (Pernambuco) não podem ser escamoteados. Afinal, a sobreposição do preconceito potencializa o processo de exclusão e aumenta consideravelmente a exposição à violências, simbólicas e físicas, como as que atingem travestis e mulheres transexuais negras, vítimas da transfobia e do racismo (BENEVIDES, 2023, p. 103).

Neste horizonte, pode-se perceber que a violência transfóbica e racista perpassa inteiramente a vida de trans e travestis, interferindo inclusive em sua expectativa de vida. Baseando-se nos dossiês de assassinatos de pessoas trans de 2017 a 2021, organizados pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) trazidos por BENEVIDES (2023) a cada 48 horas uma travesti ou mulher transexual é assassinada no Brasil, onde aproximadamente 70% destas pessoas tem entre 17 e 29 anos, o que contribui para uma baixa expectativa de vida, cerca de 35 anos.

[...]Também são as pessoas trans negras que sofrem, de forma recorrente, maior dificuldade de acesso a políticas públicas e são maioria que não tem acesso a retificação de nome e gênero nos termos da decisão do Supremo Tribunal Federal sobre o tema. No caso das travestis e mulheres trans negras, sabemos que são a maioria daquelas em situação de rua, na prostituição, vivendo com HIV e no sistema prisional. Quando consideramos o pertencimento racial da população de travestis e transexuais, essa expectativa de vida média cai para cerca de 28 anos, justamente porque 80%, das vítimas de transfeminicídio no Brasil são pretas ou pardas, ratificando o triste quadro de extermínio da juventude negra no Brasil (BENEVIDES, 2023, p. 104).

Com base nisso, dentro do contexto contemporâneo, é crucial entender a influência do transfeminismo e reconhecer sua conexão intrínseca com as lutas feministas históricas. As críticas e reflexões provenientes desses movimentos não apenas destacam a importância da diversidade



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

de perspectivas feministas, mas também oferecem ferramentas conceituais para enfrentar as complexas interseccionalidades presentes nas experiências das travestis negras.

O transfeminismo reconhece a interseção entre as variadas identidades e identificações dos sujeitos e o caráter de opressão sobre corpos que não estejam conforme os ideais racistas e sexistas da sociedade, de modo que busca empoderar os corpos das pessoas como eles são (incluindo as trans), idealizados ou não, deficientes ou não, independentemente de intervenções de qualquer natureza; ele também busca empoderar todas as expressões sexuais das pessoas transgênero, sejam elas assexuais, bissexuais, heterossexuais, homossexuais ou com qualquer outra identidade sexual possível (JESUS & ALVES, 2010, p. 15).

Neste horizonte, a luta transfeminista contribui para a diversificação do movimento feminista, bem como na busca por condições de vida e direitos humanos para a população trans e travesti. Com base nessa perspectiva, como também embasada nos dados acerca da violência e expectativa de vida, constata-se a aversão e criminalização expressas pela sociedade brasileira em relação à situação de prostituição que tal segmento social é exposto, representando, portanto, um desafio significativo. Para reverter essa realidade, é essencial promover a conscientização e o diálogo público sobre a dignidade e os direitos das pessoas envolvidas nessa atividade profissional, visto que a situação de marginalização que essa população se encontra a coloca a mercê de tal atividade.

É importante chamar atenção para o fato de que não acreditamos que não é a prostituição que necessariamente coloca pessoas trans em situação de vulnerabilidade, mas a transfobia e as condições que lhe retiraram as oportunidades que antecedem a sua busca pela prostituição como única opção. Inclusive, urge discutirmos o fato de que nem toda profissional do sexo está em vulnerabilidade social e que muitas encontraram ali uma saída frente aos processos de empobrecimento impostos a corpos trans pela ausência de oportunidades (BENEVIDES, 2023, p. 41).

Conforme citado acima, a prostituição por si própria não coloca travestis e transexuais em situação de vulnerabilidade, mas sim os estigmas associados a esta população, que deságua nesta comunidade tendo como única opção o trabalho sexual. O engajamento de organizações da sociedade civil, pesquisadoras/es, movimentos sociais e formuladores de políticas desempenham um papel crucial na promoção de uma mudança cultural e legislativa na contemporânea sociedade racista e transfóbica.

Tendo em vista a baixa expectativa de vida de travestis negras no Brasil, a luta para uma intervenção imediata se faz necessária. A violenta realidade faz com que as resistências da comunidade transexual e travesti, se efetivem como fundamentais para a intervenção na



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

realidade.

É na direção de uma conotação de resistências e insurgências, entre navalhas e doçuras, que travestis negras reinscrevem suas histórias, visto que ainda há muito o que fazer para combater a lógica da necropolítica nas vidas desta população, principalmente no contexto político e ideológico atravessado de racismo, transfobia e outras opressões que vivenciamos no Brasil[...] (OLIVEIRA, NORONHA, 2021, p. 9).

No cenário contemporâneo, a compreensão das críticas advindas dos transfeminismos revela-se como um processo intrinsecamente vinculado às históricas lutas feministas, notadamente aquelas travadas pelos feminismos das diferenças, como os movimentos negro e lésbico. Além disso, é imprescindível reconhecer a influência das profundas reflexões advindas dos estudos queer, que promoveram diversas problematizações sobre gênero

Se é fundamental reconhecer que as energias críticas dos transfeminismos vêm de históricas lutas feministas — em particular, dos feminismos das diferenças (o negro e lésbico, por ex.) — e de potentes reflexões dos estudos queer — como diversas problematizações de gênero —, também é necessário que as perspectivas críticas sobre identidades de gênero trazidas por transfeminismos transformem, em alguns graus e formas, as epistemologias feministas e queer (VERGUEIRO, 2015, p. 190).

Nesse contexto, torna-se evidente que a sociedade brasileira expressa aversão, busca criminalizar e adota um comportamento moralista em relação à população trans e travestis negras, especialmente no que tange com aquelas que desempenham essa atividade profissional. Essas atitudes se manifestam como formas contemporâneas de subjugar as vidas dessas pessoas, conduzindo-as a situações extremas que podem resultar em morte. Estas pessoas são vítimas, sujeitas a diversas formas de violência e a condições subalternas que as tiram a dignidade, conferindo-lhes o status de mortas-vivas (MBEMBE, 2018).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da escassa formulação de dados e de pesquisa relacionados à população trans e travesti, bem como acerca da problemática da cisgeneridade e da heteronormatividade, este artigo se propôs a explorar a cisgeneridade como um mecanismo de opressão, destacando sua interseção com a questão étnico-racial. A análise da cisgeneridade revelou-se fundamental para compreender as dinâmicas sociais que permeiam a experiência cisgênera na sociedade brasileira, visto que a cisgeneridade é tida enquanto uma construção sócio-histórica, cultural e política em



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

sociedades onde o patriarcado e a cisgeneridade ditam o modo de ser, de viver e de se expressar enquanto mulher.

Assim, ao contextualizar a cisgeneridade no âmbito étnico-racial, considerando a contribuição da categoria de *Amefricanidade* de Lélia Gonzalez, foi possível ampliar a compreensão das desigualdades enfrentadas por travestis, especialmente negras, no país. O conceito de *palavras-navalhas-doçuras* acrescentou uma dimensão memorialística, lembrando as histórias violentas vividas por essa população e enfatizando as resistências históricas. A reinvenção das histórias por parte das travestis negras, marcada por uma dualidade entre navalhas e doçuras, é um ato de resistência que desafia a lógica opressiva da sociedade. Contudo, para que essa reinvenção alcance seu potencial transformador, é necessário o engajamento, que envolva não apenas a comunidade trans, mas também setores governamentais, organizações não governamentais e a sociedade em geral. Em suma, para reverter a condição de "mortas-vivas" imposta às travestis negras, é necessário um esforço coletivo que transcenda as fronteiras das comunidades afetadas. Isso requer uma abordagem que integre ações imediatas para combater a violência e a discriminação, bem como mudanças estruturais que abordem as raízes profundas dessas injustiças.

Logo, com a análise crítica dos conceitos apresentados pelas autoras contribuiu significativamente para a compreensão da temática, revelando a complexidade atribuída à cisgeneridade ao longo dos anos. A discussão sobre a violência enfrentada por pessoas trans e travestis no Brasil, com um recorte étnico-racial, evidenciou os abismos sociais propostos pelo racismo e aprofundados pela transfobia.

Os dados alarmantes sobre os índices de violência, incluindo assassinatos e suicídios, ressaltam a vulnerabilidade dessas comunidades, enquanto a falta de reconhecimento e subnotificação perpetuam as violências. A expectativa de vida reduzida, especialmente para travestis negras, revela a urgência de intervenções imediatas.

Diante da urgência evidente na necessidade de intervenção para melhorar a expectativa de vida das travestis negras no Brasil, é crucial expandir a discussão para abordar estratégias práticas e políticas que possam efetivar mudanças significativas. No documento intitulado "*Dossiê Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022*" é possível identificar algumas ações afirmativas propostas pela ANTRA no enfrentamento de tais violências. Como a elaboração de uma política que garanta o atendimento e à travestis e transexuais vítimas de violência doméstica; Estimular a participação de travestis nas políticas afirmativas para a



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

população negras, como por exemplo cotas raciais em universidades e concursos públicos; Instituir programas de cuidado específico para mulheres trans e travestis negras na saúde mental, com a finalidade de superar os estigmas patologizantes da transição destas pessoas (BENEVIDES, 2023).

Diante do cenário atual brasileiro, as resistências e insurgências das travestis negras emergem como fundamentais para enfrentar a lógica da necropolítica. A compreensão das críticas advindas dos transfeminismos, relacionadas às históricas lutas feministas e aos estudos queer, destaca-se como um processo intrinsecamente vinculado à transformação das ideologias feministas e queer.

Em síntese, este artigo buscou preencher uma lacuna na literatura acadêmica, oferecendo uma análise aprofundada da cisgeneridade como mecanismo de opressão, com enfoque étnico-racial, e explorando as resistências da população trans. Espera-se que essa contribuição possa embasar intervenções assertivas e efetivas para promover a igualdade e dignidade dessa comunidade historicamente marginalizada.

REFERÊNCIAS

ARRUZZA, Cinzia. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. Revista Outubro, v. 23, n. 01, 2015. Disponível em: https://ecossocialismopsolsp.wordpress.com/wp-content/uploads/2020/07/2015_1_04_cinzia-arruz_a.pdf. Acesso em: 24 jul.2024.

BENEVIDES, Bruna. G. Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2023. Disponível em <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2023/01/dossieantra2023.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2023.

BENEVIDES, Bruna. G; NOGUEIRA, Sayonara. Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020 - São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>. Acesso em: 18 nov 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Transexualidade e travestilidade na saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. – Brasília : Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2020/03/transexualidade_travestilidade_saude.pdf. Acesso em: 31 jul. 2024.

FREITAS, Laleska Costa De. IDEOLOGIA CISHETEROPATRIARCAL, CONTENÇÃO (CISHETERO)TERRITORIAL E O VIDEOCLÍPE "FLUTUA"; Anais IV DESFAZENDO



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

GÊNERO...Campina Grande: Realize Editora, 2019. Disponível em:
<<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/64140>>. Acesso em: 16 nov. 2023

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de *Amefricanidade*. Audre Lorde [et al.]; organização de Heloisa Buarque de Hollanda. Pensamento feminista: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p.341-352.

JESUS, Jaqueline Gomes de; ALVES, Hailey. Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais. Revista Cronos, Natal, v. 11, n. 2, jul./dez. 2010. Disponível em:
<https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/2150>. Acesso em: 06 ago. 2024.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Orientações sobre identidade de gênero : conceitos e termos / Jaqueline Gomes de Jesus. Brasília, 2012. Disponível em:
<https://www.diversidadessexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITO-S-E-TERMOS.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2024.

LOPES, Fábio Henrique. Travestilidades e ditadura civil-militar brasileira: Apontamentos de uma pesquisa. Revista ESBOÇOS: histórias em contextos globais. v. 23 n. 35, 2016 Disponível em:
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2016v23n35p145> Acesso em: 16 nov. 2023

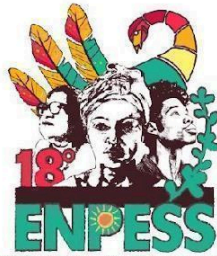
LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. Revista Estudos Feministas, v. 9, n. 2, p. 541–553, 2001. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ref/a/64NPxWpgVkt9BXvLXvTvHMr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 06 ago. 2024.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. Tradução Renata Santini. Arte & Ensaios. n. 32. 2016. Disponível em: <https://www.procomum.org/wp-content/uploads/2019/04/necropolitica.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2024.

OLIVEIRA, Gilmara Silva De, et al.. Cisgeneridade: identidade de gênero ou a materialização da necropolítica contra corpos dissidentes? entre navalhas e doçuras, travestis negras lutam contra a transfobia racista. Anais V Desfazendo Gênero. Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/79272>. Acesso em: 14 nov. 2023

PADILHA, Vitória Braga; PALMA, Yáskara Arrial. VIVÊNCIAS NÃO-BINÁRIAS NA CONTEMPORANEIDADE: UM ROMPIMENTO COM O BINARISMO DE GÊNERO. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510x. Disponível em:
https://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499481481_ARQUIVO_FG2017completovifinal.pdf. Acesso em: 06 de ago. 2024

SILVA, Henrique da Costa. Tudo que 'nóis' têm é 'nóis': violência e cuidado na trajetória de travestis negras. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, CCSA, 2023. Disponível em:



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

<https://attena.ufpe.br/bitstream/123456789/52461/1/TESE%20Henrique%20da%20Costa%20Silva.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2024.

VERGUEIRO, Viviane. Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia/ Viviane Vergueiro, Salvador, 2015. Disponível em:
<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/19685/1/VERGUEIRO%20Viviane%20-%20Por%20inflexoes%20decoloniais%20de%20corpos%20e%20identidades%20de%20genero%20inconformes.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2024.